



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 91

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**  
3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**  
3º Secretário - PSDB

**IRONDI PUGLIESI**  
4ª Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**  
5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo..... *Deputado Valdir Rossoni*  
PFL..... *Deputado Plauto Miró*  
PTB..... *Deputado Valdir Rossoni*  
PMDB..... *Deputado Orlando Pessuti*  
PPB..... *Deputado Augustinho Zucchi*  
PT..... *Deputado Péricles H. de Mello*  
PDT..... *Deputado Edgar Bueno*  
PL..... *Deputado Horácio Rodrigues*  
PSN..... *Deputado Emerson Nerone*  
PSDB.....

## Representação Partidária

*PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE JUNHO DE 1998**  
(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às catorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossori e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

○ SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

○ SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

○ SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

○ SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem)

Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

○ SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

○ SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados.

22 Senhores Deputados responderam à chamada.

Há quórum para o prosseguimento da sessão.  
Em votação a Ata. Aprovada.

○ SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1191**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência na Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 238/98.

Sala das Sessões, em 23.06.98

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 1192**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do item 04, 2ª discussão do Projeto de Lei nº 158/98 de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, constante da ordem do dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 23.06.98

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 1196**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da ordem do dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.06.98

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1199**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, que seja realizada votação nominal, para o Projeto de Lei nº 238/98, que dispõe sobre a privatização do BANESTADO.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 23.06.98

(aa) IRINEU COLOMBO

NEREU MOURA

ORLANDO PESSUTI

ÂNGELO VANHONI

TOTI COLAÇO

CAÍTO QUINTANA

PÉRICLES MELLO

EMERSON NERONE

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

DOUTOR ROSINHA

JOSÉ MARIA FERREIRA

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 251/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Quarto Centenário.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.98

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada em 29 de janeiro de 1997, localizada à Av. Paraná, s/nº, centro, no Município de Quarto Centenário, devidamente cadastrada no CGC nº 01.681.320/0001-17, Sociedade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, cuja área de atuação abrange o Município de Quarto Centenário, sede e distritos.

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância organizada exclusivamente para a Proteção e a Assistência à Maternidade e à Infância em geral, tem como principal finalidade levar à comunidade carente do município a assistência social educativa, com o objetivo de resgatá-los da condição de pobreza absoluta em que se encontram, devolvendo-os a dignidade como cidadãos.

Enquadrada dentro das exigências legais, não vemos por que esta Casa não declará-la de Utili-

dade Pública Estadual, pelo que, conclamamos o aval dos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PMDB, PDT, PT, PFL, PPB, PSDB, PTB, PL, Liderança do Governo. (Todos Declinaram).

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) (Assentimento).

Senhor Presidente, apenas para registrar a presença neste Plenário, do Prefeito de Marialva, João C. Martins, do vice-Prefeito, Luiz Estefano e dos Vereadores: Nelson Maro, Eli Pereira, Carlos Alberto Ramos, Vereadora Antonieta Belinati, Carlos Kelber, João Gonçalves de Medeiros, Luiz Antonio Fernandes, Valdomiro de Sá e a Professora, Sonia Maria Silvestre, que além de Vereadora é a Secretária de Educação do Município, que vieram para cá hoje tratar de um projeto da maior importância que está tramitando nesta Casa, que é o projeto que visa desmembrar uma área que legitimamente é do Município de Marialva, e que se pretenderia passar para o outro município.

Então, estão aqui, participaram da C.C.J., o projeto naturalmente vai seguir os trâmites normais, mas que fique registrado a posição do Município de Marialva contrária, porque é um projeto que não atende o interesse público.

Então, queria registrar aqui a presença das autoridades que aqui vieram legitimamente defender o interesse do Município de Marialva, que é o interesse público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Encerrado o Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - A Diretoria Legislativa.

Inicia-se o processo de votação com nova Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

A Mesa informa que são necessários vinte e oito (28) Deputados no Plenário para iniciar este processo de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Término da Chamada Nominal.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem)

Apenas para registrar a presença de todos os Deputados do PPB, que se dizem oposição ao Governo do Estado, se fizeram presentes e ajudaram a dar quórum a esta votação. Apenas para constar e parar com essa balela de oposição ao Governo, apenas uma questão de Ordem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Responderam à chamada 31 Senhores Deputados, há quórum para a votação.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando preferência para a votação do Projeto nº 238/98.

Senhores Deputados que aprovam o Requerimento conservem-se como estão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado.

### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 0025/98, que objetiva a alterar a Redação dos dispositivos que especifica, da Lei nº 11.961, de 19 dezembro de 1997, assim como adotar outras providências pertinentes ao saneamento financeiro do Banco do Estado do Paraná S.A., inclusive previsão legal para transferência do controle acionário. **COM PARECERES EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 86, de 17.06.98. - Mens.)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 238/98

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que altera o artigo 2º da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, e adota providências pertinentes ao saneamento financeiro do Banco do Estado do Paraná.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou regimental para a tramitação da matéria.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 238/98

#### P A R E C E R :

#### RELATÓRIO

Oriundo da Mensagem Governamental nº 025/98, o presente projeto de lei visa alterar o artigo 2º, da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, e adota providências pertinentes ao saneamento financeiro do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

#### FUNDAMENTAÇÃO

A matéria foi devidamente analisada pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante aos aspectos legais e constitucionais da mesma, vindo a receber desta Comissão Parecer favorável.

#### CONCLUSÃO

Assim sendo, e em obediência ao art. 43, assim como, ao art. 33, I e § 3º, ambos do Regimento Interno, esta Comissão posiciona-se, igualmente, em seguir o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela Aprovação do Projeto em questão.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.06.98.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente  
JOSÉ TAVARES - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 238/98 VOTO EM SEPARADO

O projeto de lei em tela, oriundo da Mensagem do Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a contratar financiamentos, até o valor de R\$3.750.000.000,00 (três bilhões, setecentos e cinquenta milhões de reais), a valores de 31/03/98, cujos recursos serão utilizados para sanear o Banco do Estado do Paraná e posteriormente privatizá-lo.

Ora, como se sabe, no final do ano passado a Assembléia Legislativa através da Lei nº 11.961/97, autorizou o Poder Executivo a contrair empréstimos visando refinarçar a dívida do BANESTADO, no valor de R\$1.460.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e sessenta reais).

Contudo, o Governo não realizou o procedimento que ele próprio pediu autorização para a Assembléia, e recorre novamente a esta Casa pedindo outra autorização, desta vez para contrair um empréstimo muitas vezes superior, objetivando não mais sanear o Banco, e sim aliená-lo.

Não nos parece séria a proposta do Chefe do Poder Executivo, e os argumentos apresentados não são convincentes, até porque o BANESTADO apresentava uma situação financeira equilibrada quando da posse do atual governo, conforme atestam documento da diretoria do Banco datada de outubro de 95.

A presente proposição é inconstitucional, pois fere o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que assim estabelece:

Art. 37 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

Destaca-se pois, que uma lei não deve apenas preencher os aspectos da estrita legalidade, é necessário que ela contemple também os demais princípios que estabelece o nosso Diploma Fundamental.

O Governo avoca em sua justificativa, que o referido objetivo visa "aos superiores interesses públicos". Contudo, não se vê em que o interesse público possa motivar a venda do Banco do Estado, especialmente quando se trata de contrair 4,1 bilhões em empréstimos para injetar no BANESTADO, e em seguida vendê-lo.

Ressalta-se, que esta dívida que o Governo do Estado pretende contrair para "sanear" o BANESTADO, não irá com o Banco quando este for alienado, ficando com o Estado do Paraná, e por conseguinte, será o contribuinte, o cidadão paranaense que arcará com esta dívida.

A mudança dos números apresentados pelo Governo não convence, não há como explicar que em três meses, uma dívida aproximadamente 1,786 bilhões, passe para 4,1 bilhões, representando portanto, um aumento de 241%.

Ainda maior é o absurdo quando se observa que o povo paranaense pagará 4,1 bilhões de reais para dispor do BANESTADO. Neste caso, nada mais lógico que o Banco continuar com o Paraná, alavancando o desenvolvimento do Estado como sempre tem nos seus 70 anos de existência.

Face ao exposto, por ser o projeto inconstitucional, violando o princípio da moralidade pública e por contrariar os superiores interesses públicos, o voto em separado é contrário.

Sala das Comissões, em 23.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator.

Em votação.

O SR. EMERSON NERONE

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ontem, o Secretário de Finanças Sr. Giovanni Gionédís, compareceu a esta Casa, trazendo, justificando uma mensagem que será apreciada agora, a respeito da privatização do Banco do Estado do Paraná.

E o Governo do Estado do Paraná e o Secretário de Planejamento, e o Senhor Giovanni Gionédís, tentaram justificar, infelizmente, Senhor Presidente, o injustificável.

Nós fizemos um levantamento dos números apresentados, pelo Governo do Estado, e pela Diretoria do Banco do Estado, e a suspeita que a Oposição tinha de que os números não eram verdadeiros venha a ser confirmado.

Os números relativos ao Banco do Estado do Paraná e as dívidas concernentes ao FDE, e a dívida que a União tem para com o Banco do Estado do Paraná somam 2 bilhões, 373 milhões, 412 mil reais. Este levantamento dessas contas, Senhor Presidente, são em cima dos dados que o Governo do Estado apresentou.

Desses 2 bilhões, 373 milhões, existe um subtotal de 1 bilhão e 63 milhões, divididos da seguinte maneira: 438 milhões, 465 mil reais são referidos à dívidas da União para com Banco do Estado, e 625 milhões, 347 mil reais são dívidas da União para com o Banco do Estado, que está na rubrica chamada FDE, que não são dívidas do Banco do Estado do Paraná.

O total relativo aos problemas da carteira de fomento, o total relativo aos 350 milhões de reais dos títulos precatórios, acrescidos ainda da inadimplência da BANESTADO Leasing, somam um total de um bilhão, trezentos e nove mil e seiscentos reais.

Sendo assim, Senhor Presidente, gostaríamos de alertar os Senhores Deputados para aquilo que não foi dito aqui ontem e que com certeza podem constituir uma grave decisão, por nós tomada, nesta pressa de votação de uma Lei tão importante.

Além da modificação dos números, porque incorpora quase um bilhão e pouco de reais, que não são referentes a nenhuma dívida do Banco do Estado do Paraná que sejam passíveis de qualquer gesto por parte do Banco Central em função do saneamento do Banco do Estado do Paraná, o Governo do Estado do Paraná ao mandar essa Lei prevê no seu Artigo 1º que o Governo do Estado vai na realidade, nós estamos autorizando que o Governo compre os ativos do Banco do Estado do Paraná. O que é mais grave ainda, porque os ativos a serem passíveis de recompra pelo poder do Estado do Paraná, não estão especificados. Significa que aquilo que o Giovanni Gionédís disse numa de suas falas de que o Banco, o Governo do Estado poderá comprar a carteira de fomento do Banco do Estado e depois vender a carteira de fomento terceirizando. Ele usou a palavra "terceirizando", mas na realidade se trata de venda dos ativos do Banco do Estado para uma outra empresa. É algo que pode, na realidade, prejudicar as finanças do Estado do Paraná.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos hoje protocolando uma Emenda modificativa geral ao Projeto de Lei 238/98 e recompondo os números reais do Banco do Estado do

Paraná, porque não podemos admitir que o Secretário das Finanças pelo desconhecimento, pela rapidez com que esse processo veio. Os Deputados tiveram acesso aos anexos apenas no horário da discussão de ontem, e no dia de hoje nós tivemos, passamos madrugada adentro e fomos perceber do que se trata a montagem desses números.

Veja bem, Deputado Alborghetti, na Mensagem que o Governo manda está escrito lá naquele rol de 600 milhões da carteira de fomento do Banco do Estado, 61 milhões que já foram negociados com o Banco do Estado pela CR Almeida, agora, levando títulos precatórios daquela central do Paraná em doação de pagamento. Foram compostos mais quarenta e um milhões que estão arrolados como se fossem dívidas e não são dívidas do Banco do Estado, de outra empresa também aqui do Estado do Paraná.

Posso descrever item por item e vou pedir um pouco de compreensão dos Senhores Deputados.

Para quem tiver o quadro demonstrativo que o Governo distribuiu ontem, nós glosamos destas contas no quadro 1, até o um, oito:

Nós mantivemos os créditos que são créditos da União para com o Banco do Estado do Paraná. Então, fica mantida a conta, setecentos e trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil. No crédito dois-um ao dois-cinco que somava novecentos e vinte e cinco milhões, nós glosamos trezentos milhões, porque isso diz respeito a carteira de fomento do Banco do Estado que são créditos bons que estão sendo transformados em créditos podres para justificar um desengaixe, do Governo Federal, transferindo recursos para o Estado do Paraná, para os cofres do Tesouro do Estado do Paraná. É uma irregularidade que está se cometendo com as contas do Governo do Estado do Paraná e com as contas do Banco do Estado.

São trezentos milhões em créditos bons que estão sendo transformados em passivo podres para justificar esses 965 milhões.

O que é mais grave ainda. No item 3.1 a 3.6 - Provisões da Banestado Leasing, Leasing Rolages Sucessivas, Provisão de Operações (Rolagens Sucessivas), Provisões de Operações: Estamos glosando contas identificadas nas contas do Governo. Estamos glosando R\$65.467 milhões da CIC, que já foram negociadas, R\$45.527 milhões da CR Almeida, R\$26.494 milhões suspensos por acordo com os empresários e está sendo glosado R\$87.896 milhões, porque estão hoje em dia, não estão em execução e não estão em crédito de liquidação. São ativos bons do Banco do Estado do Paraná. E, por fim, glosamos mais R\$75.716 milhões que também estão hoje em negociação e não estão inscritos em crédito de difícil recuperação em CL dentro do Banco do Estado do Paraná. O Total da glosa nestas contas da Banestado

Leasing é de R\$301.280 milhões. De um total de R\$899.045 milhões passamos a uma conta verdadeira de R\$597.766 milhões.

No subtotal do 4.1 ao 4.6 que apresentava uma conta de R\$61.834 milhões, esta conta permanece, é uma conta real que não deve ser mexida.

Do 5.1 ao 5.4, excluimos completamente o 5.1 ao 5.4. Dá um total de Um bilhão, cento e vinte e cinco milhões de reais, que são absolutamente desnecessários para o saneamento do Banco do Estado do Paraná. Nesta rubrica estão compostos os seguintes valores: R\$100 milhões para demissão de voluntários, R\$252.983 milhões para Contribuição Extraordinária do FUNBEP, R\$478.038 milhões para enquadramento do Acordo da Basiléia, R\$294.288 milhões para déficit atuarial do Banco. São absolutamente excluídos, porque não são precisos para o saneamento do Banco do Estado do Paraná.

Requeiro o tempo da Liderança do PT para concluir porque é importante que os Senhores Deputados saibam do que se trata.

O Governo do Estado do Paraná, ao privatizar o Banco, vai, na realidade, desengajar R\$600 milhões de reais para o Fundo de Previdência do Banco mais 100 milhões de reais para a demissão voluntária e por isso ele está solicitando um aporte de aumento de Capital no valor do PL do Banco de R\$478 milhões de reais, completamente desnecessários para o saneamento. Não é dívida que mantém o Banco em qualquer situação delicada em relação ao Banco Central, abate-se completamente Um Bilhão e cento e vinte e cinco milhões.

No item 6.1, R\$350 milhões de Títulos Podres comprados pelo Banco do Estado do Paraná de Outubro de 95 até os dias de hoje. São necessários manter, porque precisam ser provisionados, porque são déficits hoje do Banco.

A soma total destes valores dá Dois Bilhões trezentos e setenta e três milhões, quatrocentos e doze mil reais.

O substitutivo que apresentamos diz respeito aos verdadeiros números do Banco do Estado do Paraná e é com base neste levantamento que estamos sugerindo e apelando aos Deputados Estaduais que não votem favoravelmente à mensagem do Governo, porque ela endivida o Estado do Paraná não somente em 30 anos, porque o Senhor Secretário ontem foi claro quando o Deputado Romanelli fez a arguição a respeito da capacidade do Estado. O Estado só poderá abater as dívidas referentes a este empréstimo desde que não ultrapassem 13% das receitas líquidas do Estado do Paraná. Como o Estado do Paraná já deve para a União, já deve para organismos internacionais, a capacidade de pagamento do Governo do Estado do Paraná que vai ter que assumir integralmente esta dívida, como manda o artigo 1º da presente lei, significa que os

paranaenses e os Srs. Deputados estão votando hoje uma lei que além de privatizar, entregar o Banco do Estado do Paraná, que é uma empresa que tem setenta anos de história, por um valor fictício, um valor maquiado, na realidade vão estar aprisionando as receitas do Estado do Paraná por mais de 40, 50 anos. Os próximos Governos que podem suceder o Governo Jaime Lerner, do ponto de vista da Legislação Federal, não poderão obter um único centavo nos organismos financeiros da Nação, porque o Estado estará completamente comprometido, porque não terá como pagar esse empréstimo. Por isso, Srs. Deputados, é grave o que o Governo fez com a presente lei, além de comprometer a saúde financeira do Estado do Paraná, aniquila de uma forma irresponsável o Banco do Estado do Paraná, podendo, com os números verdadeiros, promover o seu saneamento, e mais do que isso, garantir a empresa pública em nome dos paranaenses.

Vou apontar a solução, que é o que o Governo sempre quer saber: "Qual é a solução Deputado Vanhoni, temos recursos?" Bom, se o Governo quiser discutir os números com os técnicos do Banco do Estado, com os economistas que nós, durante a madrugada toda levantamos e diagnosticamos as contas do Banco do Estado, se o Governo aceitar esse debate, Sr. Presidente, para sanear o Banco do Estado são necessários somente 650 milhões de reais, porque a própria lei que o Governo está mandando, e os Deputados se votarem favoráveis a essa lei está autorizando o Governo a caucionar 450 milhões de ações da COPEL para fazer o endividamento de quatro bilhões e cem milhões de reais. A nossa proposta é um pouco diferente, com seiscientos e cinquenta milhões de reais o Governo promove o saneamento do Banco, mantém o Banco como Banco Público, é um Banco que saneado só no ano de 98 poderia apresentar 130 milhões de lucro, conforme documento enviado ao Banco Central, garantindo retorno para o pagamento dessas ações da Copel que estariam em caução, ou em garantia. De outra forma, se optarmos pelo projeto da Mensagem do Governo, não haverá saída, o Banco do Estado será liquidado num prazo de doze meses, será vendido por menos de trezentos milhões de reais, os funcionários do Banco do Estado ficarão sem o seu fundo de previdência, porque o que está escrito e o que está se pensando fazer com o seu fundo de pensão, é transformar o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Estado, num organismo financeiro, ligado aqueles que vão comprar o Banco do Estado do Paraná, que têm um patrimônio hoje na ordem de novecentos milhões de reais. Nesse sentido o apelo que faço aos Srs. Deputados é que aceitem o substitutivo, essa emenda justificativa em relação ao Banco do Estado do Paraná, por quê? Porque saneia o Banco do Estado, e mais uma coisa,

saneia o Banco do Estado do Paraná com apenas 650 milhões de reais. Foram mentirosos os números apresentados pelo Governo na tarde de ontem, infelizmente, não imaginava que a irresponsabilidade, e não quero pensar dos diretores do Banco do Estado, ou dos técnicos do Governo, mas tudo me leva a crer que a má fé na apresentação desses números para promover caixa ao Governo do Estado do Paraná que está com as suas finanças completamente em desequilíbrio, colocando em risco a vida de mais de sete mil paranaenses, que trabalharam durante esses últimos vinte anos para construir um Banco do Estado, e que nos últimos dezoito meses este Governo levou a uma situação de completa falência, se for aprovado este projeto que o Governo mandou.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Romanelli com a palavra para encaminhamento do Projeto, votação do Projeto. Dez minutos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi aqui o pronunciamento do Deputado Ângelo Vanhoni e certamente aqui, ninguém nesta Casa tem, como o Deputado Vanhoni, até por dever de ofício, a competência de saber dos números e o que se passa no Banco do Estado do Paraná.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do PMDB, fazer alguns questionamentos. Não queria nem mexer com o que disse aqui, ontem, no armário, Deputado Alborghetti, onde têm esqueletos. Não quero falar da roubalheira que houve na Banestado Leasing. Vamos falar concreta e objetivamente sobre a proposta que o Governo apresentou a esta Casa, e não é mais a privatização do Banco que está em jogo, até porque me parece que essa decisão política este Governo tomou, e quem pode mudar esta realidade ou é esta Casa num processo de votação desse projeto, ou o futuro governador do Paraná, porque certamente não conseguirão privatizar esse Banco até o dia 04 de outubro, certamente o Governador já assumiu o compromisso de manter o Banestado como Banco Público.

A minha assessoria econômica calculou o que significa este empréstimo que se pretende fazer. Quando discutíamos aquele empréstimo de 860 milhões no mês de dezembro, Deputado José Maria, já se verificava que seria um valor muito alto para o Estado do Paraná pagar. Por que alto? Porque o valor que vai se pagar deste empréstimo é uma taxa de juro de 6% ao ano, mais o IGP. No ano passado o IGP foi de 7,74. Esse ano será em torno de 6%. Pode até ser que no ano que vem baixe, mas não é o que deve acontecer. Se fizermos e, fiz o cálculo, os Srs.



irão verificar que o nosso Estado do Paraná tem uma receita corrente, excluindo as receitas de capital, de receita e de dinheiro que recebemos ou arrecadamos no ICMS, das preferências da União, em média de 350 milhões por mês. Para que possamos pagar tudo o que fazemos: investimentos, custeio, despesas com pessoal, o pagamento da dívida, tudo enfim que o Estado paga, saem desses 350 milhões.

Deputado Toti Colaço, o Estado do Paraná está gastando 250 milhões com a folha de pessoal. Sobram cem milhões. Desses cem milhões, já têm 18 milhões por mês que pagamos da nossa dívida interna e externa, tanto do principal quanto dos encargos no ano de 97. No ano de 96 foram 30 milhões e no ano de 95 foi um pouco mais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabem quanto que teremos por mês se fizermos este financiamento de três bilhões, 750 milhões? Quarenta e oito milhões de reais na primeira parcela. E a prestação média vai ser de 28 milhões se considerarmos em moeda, do valor presente, este empréstimo em trinta anos. São valores que a nossa economia, que a receita do Estado do Paraná não suporta. Não podemos contratar esse empréstimo.

Acho que chegou a hora de falarmos francamente isso. Temos de encontrar uma outra solução para o Banco do Estado. Seja ela uma discussão com o Governo Federal de se fazer um raet, que é aquela administração temporária, para que o Estado do Paraná não seja onerado e que não matem os o futuro das novas gerações. Que o Banco do Estado tem que ser saneado, já temos líquido e certo isso, o Deputado inclusive apresentou aqui hoje com muita propriedade, uma emenda que está sendo feita pela Oposição, mudando os números. Agora, há que se reconhecer que vivemos uma realidade. Tenho aqui inclusive, o jornal "Gazeta Mercantil" de 23 de junho, 5ª feira, que demonstra claramente que o Governo Federal, através do PROES - que é na verdade um instrumento para privatizar todos os Bancos Estaduais do País - já investiu 40 bilhões de reais nos Bancos estaduais.

Ora, não é possível que São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, consigam negociar com o Governo Federal. E que nós, paranaenses, possamos manter o BANESTADO como um Banco público, trazendo os valores para valores que sejam possíveis do Estado do Paraná pagar. Acho que os 2 bilhões e 300 milhões já é muito dinheiro, mas seguramente 3 bilhões e 750 milhões, mais 450 milhões de ações da COPEL, é uma situação que vai inviabilizar o Estado do Paraná, porque se a medida provisória diz que o Estado vai pagar apenas 13%, ter um redutor, um limitador de 13% da receita real, liquida do Estado! Vejam bem: esse valor, se considerado único e exclusivamente a receita corrente, Deputado José Maria, vai dar 45 bilhões e 500 milhões de reais

por mês, que o Estado tem que pagar. Exatamente 45 bilhões e 500 milhões. Se temos uma receita de 350, gastamos 250 com a folha de pagamento, imagina pagar mais 45 milhões! O que é que sobra para investimentos para a educação, habitação, segurança, agricultura?

Então, quero dizer a Vossas Excelências que esta Casa está votando esse Projeto, acho que há algumas questões que são urgentes, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mas acho que temos que buscar um outro caminho - acho que há um outro caminho ao invés da privatização do Banco e a quebra do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Estamos nesta Casa, com certeza uma das missões mais importantes e que vai cobrar de nós pela caminhada que qualquer um fizer, na política ou não, uma responsabilidade muito grande.

O BANESTADO, uma instituição que nos últimos 70 anos acompanhou o crescimento, estimulou, alavancou parte ponderável da economia do nosso Estado. Estamos presenciando uma situação de saneamento ou uma outra realidade, que seria a liquidação e a intervenção por parte do Governo Federal. Ora, não vamos mais discutir, como chegamos neste Estado deplorável das finanças do Banco.

Ontem à tarde estiveram aqui o Secretário da Fazenda, Giovani Gionédís, juntamente com o Secretário do Planejamento, Miguel Salomão, expondo as razões do Estado, especialmente do atual Governo para o saneamento.

Hoje, a Oposição fez análise e constatou que os números não correspondem a realidade de 4 bilhões e 100 milhões de reais. Ora, é um valor maior do que a arrecadação de ICMS do Estado do Paraná durante o ano inteiro. Este ano a arrecadação total, incluído aí o resultado das vendas das ações da COPEL do ano de 97, foram de quatro bilhões e oitocentos e quarenta e seis milhões de reais. Há pouco, afirmou aqui trazendo os números, o Deputado Ângelo Vanhoni, que foi inflado os números pelo Governo, da ordem de um bilhão e cento e vinte e cinco milhões.

O Deputado Romanelli vem à tribuna e faz um questionamento, que é extremamente sério, não do que está acontecendo, mas do que está por vir a acontecer, que é com relação a capacidade do Estado em honrar os seus compromissos. O Deputado Romanelli traz os números de vinte e oito milhões, que vai pagar na sucessão. Só para conhecimento e informação, o serviço da dívida, o principal, mais os juros do Governo do Paraná, não somam vinte milhões por mês. De todos os anos, de todas as divi-



das acumuladas do Estado do Paraná, não somam 18 milhões que está afirmando o Deputado Romanelli. E estaríamos, numa penada, assumindo para gerações futuras, durante 30 anos, o compromisso de 28 milhões.

Evidentemente que precisamos de ter no mínimo a sensatez de procurar fazer uma análise mais aprofundada, para que amanhã não sejamos taxados de irresponsáveis com o recurso público. Que nós não levemos o Estado do Paraná a uma situação de irresponsabilidade com a nossa decisão hoje aqui.

Com certeza, o Banco necessita de recursos. Está provado e nenhum Deputado em sã consciência aqui, negaria isso. Mas, o que estamos chamando a atenção, o que estamos procurando fazer ver, não um Deputado de Situação e de Oposição, mas ver nesta Casa a responsabilidade que temos que ter com o Paraná, aquela responsabilidade que amanhã temos que ter que enfrentar. O eleitor, o cidadão do Paraná, o que tem a pequena empresa, aquele que tem a pequena iniciativa no interior do nosso Estado.

E, com certeza é um Banco público, é o BANESTADO que financia e sustenta a sua atividade nas horas de agruras. É este, para quem com certeza devemos ter a nossa visão voltada. Há que se estudar, há que se dar um voto ao projeto de saneamento do BANESTADO, sim! Mas não podemos ter a irresponsabilidade de colocar dentro desse bojo, um bilhão e cento e vinte e cinco milhões. É responsabilidade dessa Casa, analisar, depois das denúncias trazidas, contestar, porque é daí que vai surgir a clarividência dos fatos e a veracidade dos números que aqui se apresentam tanto à Oposição quanto à Situação.

A Liderança do Governo tem condições sobejas de vir e contestar os números, porque simplesmente no rolo compressor dos números, não podemos votar este projeto. Porque senão, Senhores Deputados, Senhora Deputada, teremos com certeza, o juízo da história e aí não será sereno, nem benevolente conosco, será firme e rígido, porque estaremos entregando uma instituição de 70 anos de existência e um serviço prestado ao Paraná, como diz o lema: "Poucas coisas foram feitas sem a presença, sem a mão, sem a interferência do BANESTADO neste Estado." É importante a discussão. E essa reflexão vai caber a nós, se amanhã quisermos ser chamados de homens de fé e de boa vontade.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero cumprimentar o Deputado Ângelo Vanhoni pelos números, pela defesa, pelo conheci-

mento técnico com que faz a defesa do Banco do Estado do Paraná.

Cumprimentar também os demais oradores que me antecederam, inclusive meu companheiro Luiz Claudio Romanelli da mesma forma.

Não me entra na cabeça - como bem diz o Deputado Orlando Pessuti - que no final do ano passado, para sanear o Banco do Estado do Paraná, precisava-se de um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões de reais. Sete meses depois, quatro bilhões e cem milhões para sanear a conta do Banco do Estado do Paraná. Esses números, esses dados estão no projeto do Governo, no primeiro, no segundo e no terceiro e já foi amplamente discutido aqui nesta casa, inclusive, com a presença dos Secretários da Fazenda e do Planejamento. Que falaram bastante, explicaram, mas não justificaram concretamente nada para nós.

Quero fazer um comentário, não dos números e nem dos dados com relação ao Banco do Estado. Quero chamar a atenção, principalmente da Bancada governista. Tenho na mente um grande amigo de longa data, que foi Secretário da Indústria e Comércio do atual Governo. Têm certas coisas que gravamos quando um colega vai à tribuna e fala com tanta segurança e com tanta propriedade. Há alguns anos atrás, aqui chegando, na tribuna do lado de lá, na época Oposição, subiam à tribuna muitos Deputados da Oposição e faziam discursos inflamados, contestando a extinção do antigo BADEP. Dito, redito, discutido, contestado com veemência a extinção do BADEP.

Isso, Deputado Edgar Bueno, eram os Deputados da época de Oposição. Dizia alguém naquela ocasião, num discurso que me chamou a atenção e que me vem a lembrança nesta data. "A história vai cobrar dos Senhores Deputados da Situação pelas suas conviências com relação a concordância de se extinguir o BADEP - o Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná. O povo vai cobrar de Vossas Excelências e nada mais do que a história e o tempo de encarregará de fazer justiça."

Aquele Parlamentar com essas palavras lá da tribuna, deixava eu, do lá de cá da situação, extremamente preocupado. Posso afirmar que o ilustre Parlamentar que esteve do lado de lá e que se encontra até hoje, estava coberto de razão. Por quê? Porque o preço pago logo em seguida, na primeira eleição que houve, foi o sacrifício, uma morte súbita do candidato nosso, o Álvaro Dias, ao Governo do Estado do Paraná. Foi exatamente o preço pago, a eleição última para o Governo do Estado do Paraná. Alguns companheiros nosso até que se salvaram naquela coisa toda.

Hoje quero relembrar os discursos dos meus companheiros da época da Oposição, dizendo da mesma forma. A história, meus prezados compa-

nheiros, meus prezados amigos e os Deputados Municipalistas, quando chegarem aos municípios de Vossas Excelências, representam, municípios pequenos, e que no momento da privatização vai ser fechado a porta do Banco do Estado do Paraná, mais de 130 agências bancárias vão ser fechadas com a privatização do Banco do Estado.

A história, o povo vai cobrar isso, principalmente, do atual Governo. Vai cobrar, sim! Não tenho a menor dúvida de que vai cobrar. Porque no momento em que se faz de tudo para gerar empregos, traz-se montadoras de todos os cantos do mundo, indústrias para gerar mais serviços para o povo paranaense. Daí numa atitude política, numa decisão política do atual Governo, privatiza-se o Banco e demite-se mais de 6 a 7 mil funcionários, que vão ficar desempregados.

É história dizer que a demissão voluntária é uma coisa boa para o funcionário público! Vão contar essa história, seja o Governo aqui do Estado e o Governo da União para quem quiser contar. É "um" grande engano foi que funcionários do Banco do Brasil, que entraram naquele "Canto de Cisne". Vou aceitar receber alguns trocados. Jamais, vou cuidar da minha vida lá fora com uma poupança gorda e dinheiro no bolso, Deputado Nerone.

O que aconteceu hoje com esses funcionários que estão na rua da amargura? Porque eles não foram preparados para viverem fora da Instituição Financeira. Fizeram cursos, o povo pagou para que ele se especializasse para exercer a sua atividade como bancário, não como vendedor de loja, como padeiro, como logista qualquer, ou como outra atividade empresarial. Eles aprenderam ao longo da vida, Deputado Caíto Quintana, se prepararam para exercer a sua atividade como funcionários, como funcionários públicos da área bancária e cai lá fora na vida civil, que é essa nossa, que é complicada e difícil acabam sofrendo eles e as suas famílias. Tenho amigos de muitos anos que eram funcionários de carreira do Banco do Brasil e que hoje, gente, estão sofrendo horrores na vida civil aí fora.

A história de dizer que a demissão voluntária é coisa boa, mentira! O Fundo de Previdência dos funcionários do Banco do Estado do Paraná, bem disse o Romanelli, vai ficar na mão.

— Atenção, senhores funcionários do Banco do Estado, o Fundo de Previdência dos Aposentados, do Banco do Estado, do Fundão vai ficar nas mãos de empresários particulares e os aposentados do Banco do Estado, podem ter certeza absoluta, vão comer a mão de meia dúzia e vão esquecer todas as vantagens que tiveram ao longo do tempo.

Por essa razão que eu quero chamar a atenção da Bancada Governista, vamos, principalmente os Senhores Deputados do interior, vamos votar contra esta matéria. O saneamento do banco tem que ser

feito, disse o Vanhoni. Alguns empréstimos têm que ser concedidos, mas a venda do banco não. Vender o banco, meu prezado Tureck, autorizar a venda, não está correto isto. Vossas Excelências vão ver a partir do ano que vem, no final deste ano o que vai acontecer.

Por esta razão encerro agradecendo a presença de todos, principalmente o meu Presidente pela oportunidade que me deu, mas fica aqui o alerta politicamente aos Deputados de Oposição: "O discurso passado está servindo no presente, BADEP/BANESTADO. Na época BADEP, hoje muito mais grave ainda que é um banco público, que é de todos os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Rosinha, Pela Ordem.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, só um esclarecimento. Semana passada recebemos as visitas dos professores, Servidores Públicos e as duas galerias estavam lotadas.

A minha questão de ordem é para esclarecimento: se não tem reforma, porque os nossos convidados funcionários da Banestado têm que ficar na galeria superior e não na inferior que é mais próxima para acompanhar os debates.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Eu acho que não há impedimento nenhum, Deputado, em ocupar a galeria inferior. Nós vamos ter uma Sessão Extraordinária amanhã em homenagem ao Ministro e nós não estamos reformando, mas estamos ajeitando o primeiro piso, o primeiro balcão, para essa recepção. Tanto faz, estejam em cima ou em baixo, estão presenciando a Sessão.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Srs. Parlamentares. Quero iniciar este pronunciamento, dando um enfoque para essa questão que discutimos hoje. Alguns dos nossos companheiros já trataram diversos assuntos referentes à questão "privatização". Não necessita e nem é prudente que viéssemos a repetir dados colocados por nossos companheiros, até porque Senhor Presidente, Srs. Parlamentares, são tantos os dados a serem avaliados nessa proposta, que nenhum de nós conseguiria sozinho, trazer as preocupações na questão BANESTADO, sem que dividíssemos tópicos para que cada um atendesse.

Quero começar por onde terminou o meu companheiro Toti Colaço nesta Casa. Trata-se de uma série de questões, mas a que diz respeito aos

funcionários do Banco, se demissão voluntária fosse uma boa proposta para o funcionário do Banco, quem teria proposto, seria o Sindicato dos Bancários e não a direção do Banco. É uma constatação simples, comum, elementar, mas é evidente que se o funcionário não está a favor dela, é porque ele vê ceifada, destruída, de um momento para outro, a sua carreira, onde ele apostou a sua vida. Muitos e muitos, a sua juventude e já num início de uma preparação para aposentadoria, para o descanso merecido, já quando lhe falta as condições de movimentação, já com família estabelecida, com filhos no colégio, não podendo mais começar uma outra carreira, vê-se levado a um projeto de demissão voluntária, involuntariamente, criando uma situação de caos a esta família estabilizada.

Na pergunta que fiz ontem, Senhor Presidente e Srs. Parlamentares, ao Secretário Giovani Giondis, houve uma resposta que ficou clara. Nós temos agências de banco e muitas, fechadas, porque na resposta sutil do Secretário, diz ele assim, que "nenhum município ficaria desassistido e que, claro, num processo de saneamento, vai se fazer um estudo de diminuição dos custos de manutenção do Banco" e em que muitos lugares o Banco do Estado vai entrar em contato com as prefeituras para conseguir uma sala e manter ali um Posto de Atendimento. Talvez os que moram em cidade grande, não saibam a verdadeira definição do Posto de Atendimento. Posto de Atendimento não é uma agência bancária. Posto de Atendimento é um funcionário, muitas e muitas vezes, numa sala da Prefeitura Municipal, para atender, para fazer encaminhamento de alguma solicitação, mas não tem caixa, não tem conta-corrente, não tem movimentação e não tem funcionário trabalhando, porque muitas e muitas vezes quem põe à disposição do Banco, é a própria Prefeitura, um funcionário para atender o Posto de Atendimento.

Portanto, temos sim, mais de cem cidades do Paraná ameaçadas de ficar sem nenhuma agência de Banco. Temos sim, o risco de termos demissão de funcionários do Banco, necessários para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

O Banco do Estado não pode ser o banco da conveniência do Governo. O Banco do Paraná tem que ser o banco da pequena e média empresa, o banco do pequeno e médio agricultor, o banco do pequeno e médio município, a presença do braço financeiro do governo lá no pequeno município, ajudando o seu desenvolvimento.

Mas quero, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, me deter mais para uma avaliação.

Vejo o que está acontecendo. Nós estamos contratando financiamento na ordem de 4 bilhões e 100 milhões de reais.

Como é que nós estamos falando em pagar. Nós estamos falando em pagar com 450 milhões de venda de títulos da ação da COPEL, nós estamos falando em pagar no parágrafo 1º, do artigo 1º, que o Poder Executivo utilizará os recursos provenientes da alienação do controle acionário do Banco, para amortização de financiamento junto a União, mais de 300 milhões aproximadamente, porque o interessante de tudo isto, é que nós vamos fazer um empréstimo de 4 bilhões e 100 milhões de reais, em nome do Estado do Paraná, para endividarmos por 30 anos, e na hora de saneado o banco, colocarmos ele a venda, ele valerá mais ou menos 10% disso.

Portanto, permanecerá o Governo do Estado do Paraná sem Banco e com uma dívida de mais de 3 bilhões e 500 milhões de reais para ser pago pelos paranaenses.

Mas, mais que isso, Deputado Romanelli, nós temos aqui, e aí a minha grande preocupação, estamos aqui autorizando que o Banco Central, o Governo do Estado do Paraná, autoriza o Governo Federal a reter as transferências federais como garantia ao empréstimo dado ao Estado do Paraná. E, V.Exa., Deputado Romanelli, já colocou um cálculo aproximado, mas é mais ou menos o cálculo, que nós chegaremos a quase 50 milhões mensais.

Será, Srs. Deputados, que não estamos entrando exatamente no jogo da centralização tributária tão desejado pelo Governo Federal?

Será Deputado Rosinha, que não estamos entrando naquilo que o Governo Federal diz há muito tempo, querendo que o ICMS se transforme num imposto federal, que depois de fazer a viagem de ir para a União, retorna para o Estado a parte que lhe couber?

Será, que não estamos exatamente concordando com aquilo que o Governo Federal procura dizer de que, os Estados são perdulários, estão jogando dinheiro e criando a estabilidade da moeda? Os Estados não, os nossos Estados, porque nos Estados privilegiados desta Nação continuam, ao invés, de terem que privatizar os seus Bancos recebendo injeções enormes de recursos e federalizando os Bancos Estaduais, outros mantendo sobre o controle acionário do Estado, e nós, do Estado do Paraná, por preço vil, entregando nosso Banco e mantendo uma dívida por mais de 30 anos, de 3 bilhões e meio aproximadamente, comprometendo o futuro do nosso Estado. Qualquer outra tentativa de locação de recursos, quer seja para a educação, para a saúde, para um plano de desenvolvimento do nosso Estado.

Senhores Parlamentares do Estado do Paraná:

Isso é muito mais do que uma disputa de situação e de Oposição, até porque, nós fomos situação até o governo passado, pretendemos ser Situação a partir de janeiro, mas sabemos que muito mais do

que ser Situação ou Oposição, nós estamos jogando com o desenvolvimento do nosso Estado e com a vida de milhares de servidores, de funcionários que ajudaram a construir, por mais de 70 anos esse Banco, que já orgulhou o nosso Estado e que pode continuar fazendo, desde que tenha uma administração profissional, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Votação ao Projeto.

Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminha)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Todos sabem que sou do magistério, sou professor, e Professor de História. E o Parlamento com as suas atitudes aqui e ali também faz parte da construção da História.

Plageando o Deputado Augustinho Zucchi, que fez uma divulgação há poucos dias, dizendo que há alguns projetos que vale o mandato. Eu diria, que há votações, que servem para ilustrar o mandato de um Parlamentar.

O Banco do Estado do Paraná, as agências em cada município é como se fossem um monumento na praça! É um ponto de encontro, é um ponto de visita, é uma referência, é orgulho para a cidade, é um ponto de construção histórica de um município.

Nós não podemos imaginar o município que não tenha abrigado com os senhores vereadores, em épocas passadas, os prefeitos com a associação comercial que não viesse a reivindicar uma agência do Banestado onde não tivesse. Todo mundo sabe dessa história, audiência. E muitos Deputados, que quem sabe muitos Deputados estão aqui ainda, aqui no Parlamento, tenham marcado audiências aqui, ali para reivindicar uma agência, porque era uma empresa que iria fomentar o desenvolvimento, recolher os recursos públicos, distribuir financiamento, quer dizer, dar uma vida econômica ao município. E numa votação, Srs. Deputados, nós podemos destruir essa história!

Só o argumento que estão usando por aí, o argumento dominante de que "tudo que é privado é bom". Esses ventos estão mudando de direção, vindo da Europa. Estão mudando de direção, tendo em vista a crise Asiática. Tudo que é globalizado é bom, porque concorre a isso, aquilo, tem que desenvolver qualidade, eficiência, por causa da globalização. Não adianta se aperfeiçoar depois que se faliu.

Um dos argumentos correntes era de que o Estado do Paraná tem que privatizar, porque com isso você diminui o custo do Estado.

O que está acontecendo no Estado do Paraná, Srs. Parlamentares?

Vendendo as ações da COPEL rumo às privatizações, privatizando a SANEPAR, o BANESTADO, com isso nós estamos é aumentando a dívida do Estado do Paraná, ao contrário da argumentação de que vai diminuir os custos, não; aumenta a dívida, porque você tem dinheiro para dar contrapartidas para ter empréstimos internacionais. E tem mais um argumento falso, o argumento que vai diminuir o custo do Estado.

Outro argumento da privatização, é o argumento de que como o banco é público muita gente vai lá, por uma decisão política, pega empréstimos para fazer isso, para fazer aquilo, faz um leasing com endereço falso, porque os técnicos, os estáveis que estão aqui nas galerias dão parecer contrário, mas a diretoria, politicamente, decide dar o empréstimo. Esse argumento de que por ser um banco público muita gente vai lá e passa a mão, são exatamente aqueles que estão querendo privatizar que usam dessa forma administrativa, porque o que nós queremos é um banco público e publicizado, um banco de controle público, um banco onde não existisse a ingerência política.

Portanto, aqueles que fazem a má administração do banco vêm com a tese da privatização e, sobretudo, este governo, se você ver o esqueleto das dívidas, o banco tem aproximadamente 60 e poucos anos.

O maior volume de endividamento foi neste último governo. Se colocar numa estatística vão ver que sobe vertiginosamente o endividamento feito por este governo. Isso é proposital (ausência de som) vai no rumo de fazer com que o banco não dê resultado. Se sou da tese da privatização, vou querer que esta empresa não dê resultado, porque não vou argumentar para privatizá-lo. Não quero, como Parlamentar, fazer parte desta tese que está se esvaindo, a tese de que tudo que é privado é bom. Tudo isso passa e vou ter história para contar depois.

Também não quero fazer da minha votação hoje neste Parlamento, fazer parte da lista dos jornais que vão circular lá na minha cidade e no Paraná inteiro, que os bancários vão divulgar, que os sindicatos vão divulgar, que os Senhores Parlamentares vão colocar nas suas divulgações de que eu tenha votado contra e inclusive em homenagem ao Banco do Estado do Paraná, cada Parlamentar comprometido deve, evidentemente estamos entrando em época eleitoral, fazer um comício bem em frente à Agência bancária em homenagem ao voto consciente e decente que tenha dado neste Parlamento e em homenagem a construção da História do Paraná feita pelo Banco do Estado do Paraná que é um monumento em cada cidade do Estado do Paraná.

Não vamos destruir a História. Meu voto com certeza, é contra a privatização do BANESTADO!

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão. **Aprovado.**

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Tem um requerimento firmado por nós e por diversos outros Deputados, dentro daquilo que estabelece o artigo 167 parágrafo 5º que pede que o processo de votação seja nominal. Eu gostaria que V.Exa. antes de colocar o Projeto em votação, submetesse à apreciação.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Orlando Pessuti e mais onze Srs. Deputados que requer votação nominal para o Projeto de Lei 238/98, conservem-se como estão. Os que rejeitam queiram levantar-se. **Rejeitado.**

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Requeiro Verificação de Votação.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Trinta e cinco rejeitam.

**O DR. ROSINHA (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar os votos favoráveis à Votação Nominal. Deputado Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Dr. Rosinha, Toti Colaço, Caíto Quintana, Orlando Pessuti...

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

É dispensável este registro.

Determino ao Serviço de Segurança da Casa que evacuem as galerias.

Votação ao Projeto. Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão. **Aprovado.**

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Solicito verificação de Votação.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Vai se proceder a Verificação de Votação. Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se.

Trinta e cinco Srs. Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

**O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, eu peço a permissão para registrar o voto contrário dos que estão em pé: Deputado Edgar Bueno, Deputado Ângelo Vanhoni, Doutor Rosinha, Toti Colaço, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Romanelli, Deputado Péricles,

Colombo, Nerone, Nereu Moura, Deputado Annibelli, Deputado José Maria Ferreira, Deputada Irondi Pugliesi, Renato Adur, Deputado Augustinho Zucchi são os Deputados que votaram contra a privatização do BANESTADO.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

O Sr. 1º Secretário anunciará a votação da próxima matéria.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)****ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 505/97, de autoria do Deputado Nereu Moura. Fica dominada de Monsenhor Raymundo, o trecho que liga a Cidade de Sulina à BR-158. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 161/97, de 01.10.97).

**ITEM 02**

**3ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 080/98, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN, no Município de São Mateus do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

**ITEM 03**

**3ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 156/98, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que altera o objetivo do plano de aplicação da Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, referente ao Município de Japurá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas - Aprovadas. Projeto - Aprovado.**

**ITEM 04**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 158/98, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que dispõe sobre a proteção do consumidor quanto a procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados no Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 158/98. **Retirado pelo autor.**

**ITEM 05**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 215/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a

redação do Art. 4º, da Lei nº 8521, de 06 de junho de 1987, que institui os concursos de prognósticos sobre sorteio de números. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 748/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/98, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Carlos do Ivaí, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 241/97, de 07.01.98 - Mens.).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 748/97

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, autoriza o mesmo a doar ao Município de São Carlos do Ivaí, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/98, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que altera o dispositivo que especifica a Lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 002/98

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 210 da Lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 210 - As Seções Judiciárias são assim constituídas:

27ª) Comarcas de Guarapuava, Palmital, Pinhão e Pitanga, Manoel Ribas e Cantagalo;

34ª) Comarcas de Paranavaí, Alto Paraná, Paraíso do Norte e Terra Rica;

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.02.98.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto de lei visa corrigir um erro material ocorrido na Lei nº 11.920, de 08 de dezembro de 1997, onde a Comarca de Cantagalo, criada pela citada lei, aparece compondo a 34ª Seção Judiciária quando geograficamente deveria constituir a 27ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Guarapuava.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 002/98

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, visa alterar dispositivo que especifica a Lei nº 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/98, que dispõe sobre a criação do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 33, de 06.04.98 - Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 98/98

#### P A R E C E R :

#### RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo criar o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

#### FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável, tendo em vista a inexistência de óbices de natureza constitucional, legal ou regimental para a tramitação do projeto de lei em tela.

## CONCLUSÃO

Esta Comissão, para salvaguardar a autonomia dos municípios envolvidos, apresenta, ao seu parecer favorável, emenda modificativa ao art. 4º do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa, da C.C.J., nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 098/98

O art. 4º, do Projeto de Lei nº 98/98, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - A composição do Conselho Gestor será definida através de regulamento, com participação dos municípios que integram as áreas de mananciais da Região Metropolitana.

Sala das Comissões, em 23.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VOTO EM SEPARADO AO  
PROJETO DE LEI Nº 098/98

O projeto de lei em tela, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, visa criar o Sistema de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

O referido projeto afronta a legislação federal que dispõe sobre a matéria em várias situações:

Primeiramente afronta a Lei 6766/79 (Lei de Loteamentos), em seu art. 4º, inciso III, que reza:

"Art. 4º - Os loteamentos deverão atender pelo menos, aos seguintes requisitos:

III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa 'non aedificanti' de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;"

Afronta também a Lei 4771/65 (Código Florestal) que não permite a ocupação das áreas de preservação permanente, como várzeas, matas ciliares que se localizam às margens dos rios.

Contraria igualmente a Lei 7347/85, a qual determina que o produto de arrecadação de multas deve ser carreado para o Fundo Nacional ou Estadual do Meio Ambiente.

Contraria uma vez mais a Lei 9433/97, que dispõe sobre os recursos hídricos, visto que, o Projeto de Lei 98/98, não cria as Agências de Bacias e Conselhos, conforme exige a referida lei.

Por fim, a transferência do lixo e esgoto para a esfera estadual, interfere na competência dos municípios os quais incumbem o trato da questão.

Face ao exposto, o voto em separado é contrário, por ilegalidade e decorrente inconstitucionalidade.

Sala das Comissões, em 23.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

Em votação o projeto.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente e Senhores Deputados, esse projeto é oriundo da Mensagem do Executivo, visa criar o sistema de gestão e proteção dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

Hoje, queremos entrar na questão da constitucionalidade que foi fruto do debate na C.C.J. de hoje, quando apresentamos um voto em separado e o mesmo voto vou lê-lo agora: "o referido projeto afronta a legislação federal, que dispõe sobre a matéria em várias situações. Primeiramente afronta a Lei 6766/79, lei de loteamento, em seu inciso IV, inciso III, que reza: os loteamentos deverão atender pelo menos aos seguintes requisitos, ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa de 15 metros de cada lado. Afronta também a Lei nº 4771/65 - Código Florestal, que não permitam ocupação das áreas de preservação permanente. Contraria igualmente a Lei nº 7347/85, a qual determina que o produto de arrecadação de multas deve ser carreado para o Fundo Nacional ou Estadual de Meio Ambiente.

(Lê): "O projeto de lei em tela, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, visa criar o Sistema de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

O referido projeto afronta a legislação federal que dispõe sobre a matéria em várias situações:

Primeiramente afronta a Lei 6766/79 (Lei de Loteamentos), em seu art. 4º, inciso III, que reza:

"Art. 4º - Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa 'non aedificanti' de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;"

Afronta também a Lei 4771/65 (Código Florestal) que não permite a ocupação das áreas de preservação permanente, como várzeas, matas ciliares que se localizam às margens dos rios.

Contraria igualmente a Lei 7347/85, a qual determina que o produto de arrecadação de multas



deve ser carreado para o Fundo Nacional ou Estadual do Meio Ambiente.

Contraria uma vez mais a Lei 9433/97, que dispõe sobre os recursos hídricos, visto que, o Projeto de Lei 98/98, não cria as Agências de Bacias e Conselhos, conforme exige a referida lei.

Por fim, a transferência do lixo e esgoto para a esfera estadual, interfere na competência dos municípios os quais incumbem o trato da questão”.

Em razão disto, queremos registrar o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores ao projeto, no que diz respeito à constitucionalidade. E também o Deputado Toti Colaço, já adiantando e dizendo que a Bancada do PMDB acompanha o nosso voto.

O SR. EMERSON NERONE

Senhor Presidente, quero anunciar o meu voto contrário a este projeto, da Bancada do PSN.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, registro a votação contrária dos oito Deputados do PMDB a este projeto.

**(Tumulto nas galerias)**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

**Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, solicito que retirem a segurança.

Acabou a sessão.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Presidência solicita calma e pede aos serviços de segurança que se retirem do local.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela Ordem, Senhor Presidente?

**(Assentimento)**

Requeremos verificação de votação no item nº 08, dado toda a problemática que houve neste momento.

Vossa Excelência anunciou como aprovada e pedimos verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que ocupem seus lugares, para se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Trinta e um (31) Senhores Deputados **aprovam.**

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

**Projeto aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Quero registrar o voto contrário da Bancada do PMDB, em sua totalidade.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, quero registrar o meu voto contrário.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Pela Ordem, Senhor Presidente?

**(Assentimento)**

O pessoal está agredindo. O senhor conhece a situação. Temos que solicitar que eles deixem o pessoal ir embora para se ter um equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Presidência já determinou o afastamento do serviço de segurança e que aguarde ordens posteriores.

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/98, que autoriza o Poder Executivo a reverter à Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional - FEPE, o imóvel situado nesta Capital COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ no D.A. nº 46, de 28.04.98, Mens.).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE LEI Nº 146/98

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a reverter à Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional - FEPE, o imóvel situado nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

DUILO GENARI - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/98, que objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, ceder à escola da Colônia Holandesa - Ensino de 1º Grau - mantida pela Igreja Evangélica Reformada de Arapoti, o imóvel que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 63, de 19.05.98 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 176/98

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o mesmo, através da FUNDEPAR, ceder à Escola da Colônia Holandesa - Ensino de 1º Grau, mantida pela Igreja Evangélica Reformada de Arapoti, imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/98, que dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento geral do Estado, aprovado pela Lei nº 11.974, de 22 de dezembro de 1977, no valor de R\$6.010.000,00 (seis milhões e dez mil reais), conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 63, de 19.05.98 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 177/98

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa dispor sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 11.974/97, no valor de R\$6.010.000,00.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA

**Presidente e Relator****ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/98, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, com a finalidade de prover recursos para a implementação de sua política institucional, inclusive no pertinente à defesa da pessoa portadora de deficiência, proteção dos direitos do idoso e da infância e juventude. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 209/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica criado o "Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR".

Art. 2º - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, tem por finalidade suprir o Ministério Público com os recursos financeiros necessários para fazer face as despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação e reforma de imóveis pertencentes ao Ministério Público ou a ele destinado;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática;

IV - elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional, inclusive nas áreas de proteção dos direitos do idoso, defesa da pessoa portadora de deficiência e defesa da infância e juventude;

V - aquisição, construção, adaptação e manutenção de materiais e equipamentos que proporcionem o acesso de pessoas idosas e portadoras de deficiências, em imóveis do poder público;

VI - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em até no máximo 50% (cinquenta por cento) da receita do Fundo.

Parágrafo Único - Não serão admitidos, por conta do FUEMP/PR, pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal, ressalvado o disposto no item III.

Art. 3º - Constituem-se receitas do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná:

I - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Ministério Público, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar;

III - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio fundo;

IV - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Ministério Público para terceiros;

V - o produto da venda de cópias dos editais de licitação de obras, aquisição de equipamentos e outros;

VI - taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Ministério Público;

VII - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Ministério Público;

VIII - o produto de alienação de bens móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Ministério Público;

IX - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e disquetes, por meio de transmissão telefônica e quaisquer outras publicações;

X - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Ministério Público;

XI - auxílios, subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

XII - multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo do Ministério Público;

XIII - taxa de ocupação das dependências dos imóveis do Ministério Público;

XIV - valores da venda de ações da TELEPAR relativas à aquisição dos terminais telefônicos pertencentes ao Ministério Público;

XV - receita de honorários decorrentes da sucumbência concedida ao Ministério Público em procedimentos judiciais;

XVI - o produto da venda de material inservível e não indispensável;

XVII - recursos provenientes de reembolso de despesas com telefonia;

XVIII - o produto da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

XIX - valores oriundos do porte postal para devolução de documentos e processos;

XX - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Ministério Público;

XXI - 100% (cem por cento) da retenção do imposto de renda incidente na fonte, sobre vencimentos e proventos pagos aos agentes e aos servidores do Ministério Público;

XXII - receita decorrente dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Ministério Público, em decorrência de faltas e atrasos não justificados;

XXIII - outras receitas eventuais.

Parágrafo Único - As receitas do FUEMP/PR não integram o percentual da receita estadual destinado ao Ministério Público, previsto na Lei nº 11.802, de 17 de julho de 1997.

Art. 4º - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça e por mais 5 (cinco) membros, integrantes do Ministério Público, os quais serão nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores.

Art. 5º - Os recursos do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná serão recolhidos em conta do Tesouro Geral do Estado, junto ao Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Fazenda repassará recursos do FUEMP/PR ao Ministério Público sempre que solicitados, obedecido o cronograma mensal de desembolso, encaminhado e aprovado pelo Conselho Diretor do Fundo.

Art. 6º - Os bens adquiridos com recursos do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná serão incorporados ao patrimônio do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 7º - Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 8º - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná será dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador das despesas e o seu representante legal.

Art. 9º - O FUEMP/PR prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 10 - O Procurador-Geral de Justiça expedirá instruções normativas referentes à organização, estruturação e funcionamento do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná e quanto aos documentos e procedimentos para arrecadação de suas receitas, submetendo-as a aprovação do Colégio de Procuradores.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.98.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
JUSTIFICATIVA:

O Ministério Público do Estado do Paraná tem procurado, no desempenho de suas relevantes atribuições constitucionais, desenvolver ingente esforço para que a prestação de seus serviços corresponda à expectativa da sociedade paranaense, destinatária que é do objetivo maior de sua existência, qual seja o bem-estar comum.

Para tanto, busca atuar nas áreas de maior convergência discriminatória, sem descuidar de suas funções tradicionais, procurando, porém, compatibilizá-las com as novas e importantes atribuições lhe conferidas pela Constituição Federal.

Isto importa em permanente dinâmica de crescimento institucional, reclamando novas frentes de atuação, com a ampliação de sua estrutura física e a aquisição de equipamentos que lhe garantam ingresso exitoso na era da informática, buscando aprimoramento constante de seus quadros e outros insumos absolutamente necessários ao cumprimento de sua já referida missão constitucional.

A criação, portanto, do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, objetiva justamente obter recursos financeiros para as despesas decorrentes de aquisição de equipamentos e materiais, como também de construção, ampliação e reforma de próprios do Ministério Público, dentre outros elevados objetivos constantes do Anteprojeto.

De se ressaltar que a receita nele prevista adviria de rubricas sem tanta relevância orçamentária para o Estado do Paraná, mas que muito representa para os objetivos institucionais colimados.

A valorização do Ministério Público, por certo, vai ao encontro do anseio da população paranaense de se ver atendida cada vez melhor por uma Instituição que é responsável, não apenas pela defesa do regime democrático e da ordem jurídica, como também dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o que faz, de fato, defensora intransigente da sociedade paranaense como um todo.

A criação do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, proposto no anteprojeto de lei em anexo, permitiria, assim, ao Ministério Público enfrentar o desafio de promover um atendimento cada vez mais qualificado ao povo do Paraná, municiando-se com aparelhamento tecnológico moderno e adequado aos seus reclamos e aspirações.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 209/98

P A R E C E R :

De autoria da Procuradoria Geral de Justiça, o presente projeto de lei tem por objetivo criar o

Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou legal para a tramitação da proposição, mas apresenta emenda, em anexo, para ajustar a mesma ao Projeto de Lei do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, aprovado pela Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 209/98

Art. 1º - Fica criado o "Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná - FUEMP/PR".

Art. 2º - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná, tem por finalidade suprir o Ministério Público com os recursos financeiros necessários para fazer face as despesas com:

I - aquisição, construção, ampliação e reforma de imóveis pertencentes ao Ministério Público ou a ele destinado;

II - aquisição de equipamentos e material permanente;

III - implementação dos serviços de informática;

IV - elaboração e execução de programas e projetos de atuação para implementar sua política institucional, inclusive nas áreas de proteção dos direitos do idoso, defesa da pessoa portadora de deficiência e defesa da infância e juventude;

V - aquisição, construção, adaptação e manutenção de materiais e equipamentos que proporcionem o acesso de pessoas idosas e portadoras de deficiências, em imóveis do poder público;

VI - despesas de custeio, exceto com encargos de pessoal, em até no máximo 50% (cinquenta por cento) da receita do Fundo.

Parágrafo Único - Não serão admitidos, por conta do FUEMP/PR, pagamentos de gratificações e encargos com custeio de pessoal, ressalvado o disposto no item III.

Art. 3º - Constituem-se receitas do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná:

I - dotação orçamentária própria, os recursos transferidos por entidades públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

II - saldo financeiro resultante da execução orçamentária do Ministério Público, disponível ao final de cada exercício, deduzido o valor inscrito em restos a pagar;

III - saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio fundo;

IV - receita decorrente da cobrança de cópias reprográficas extraídas pelo Ministério Público para terceiros;

V - o produto da venda de cópias dos editais de licitação de obras, aquisição de equipamentos e outros;

VI - taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pelo Ministério Público;

VII - taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Ministério Público;

VIII - o produto de alienação de bens móveis e imóveis, incluídos na carga patrimonial do Ministério Público;

IX - valores decorrentes de cobrança pelo fornecimento de produtos de informática em impressos e disquetes, por meio de transmissão telefônica e quaisquer outras publicações;

X - receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados pelo Ministério Público;

XI - auxílios, subvenções, doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas de direito privado ou público;

XII - multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo do Ministério Público;

XIII - taxa de ocupação das dependências dos imóveis do Ministério Público;

XIV - valores da venda de ações da TELEPAR relativas à aquisição dos terminais telefônicos pertencentes ao Ministério Público;

XV - receita de honorários decorrentes da sucumbência concedida ao Ministério Público em procedimentos judiciais;

XVI - o produto da venda de material inservível e não indispensável;

XVII - recursos provenientes de reembolso de despesas com telefonia;

XVIII - o produto da remuneração das aplicações financeiras do próprio Fundo;

XIX - valores oriundos do porte postal para devolução de documentos e processos;

XX - o produto da remuneração das aplicações financeiras do Ministério Público;

XXI - receita decorrente dos descontos efetuados nas folhas de pagamento do Ministério Público, em decorrência de faltas e atrasos não justificados;

XXII - outras receitas eventuais.

**Parágrafo Único** - As receitas do FUEMP/PR não integram o percentual da receita estadual destinado ao Ministério Público, previsto na Lei nº 11.802, de 17 de julho de 1997.

**Art. 4º** - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça e por mais 5 (cinco) membros, integrantes do Ministério Público, os quais serão nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores.

**Art. 5º** - Os recursos do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná serão recolhidos em conta do Tesouro Geral do Estado, junto ao Banco do Estado do Paraná S/A.

**Parágrafo Único** - A Secretaria de Estado da Fazenda repassará recursos do FUEMP/PR ao Ministério Público sempre que solicitados, obedecido o cronograma mensal de desembolso, encaminhado e aprovado pelo Conselho Diretor do Fundo.

**Art. 6º** - Os bens adquiridos com recursos do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná serão incorporados ao patrimônio do Ministério Público do Estado do Paraná.

**Art. 7º** - Aplica-se à administração financeira do Fundo, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, bem como as normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

**Art. 8º** - O Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná será dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, sendo seu Presidente o ordenador das despesas e o seu representante legal.

**Art. 9º** - O FUEMP/PR prestará contas da arrecadação e aplicação de seus recursos, nos prazos e na forma da legislação vigente.

**Art. 10** - O Procurador-Geral de Justiça expedirá instruções normativas referentes à organização, estruturação e funcionamento do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná e quanto aos documentos e procedimentos para arrecadação de suas receitas, submetendo-as a aprovação do Colégio de Procuradores.

**Art. 11** - Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para fazer frente às despesas decorrentes da execução desta lei.

**Art. 12** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.98.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) .

Sobre a mesa, requerimento nº 1196, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Pela Ordem.

Gostaria que V.Exa. não incluísse para podermos fazer uma reunião e discutir esse item 08, dos mananciais, porque me parecer que ficou claro através do Ministério Público e outras entidades, que compareceram na audiência, que há determinados princípios de inconstitucionalidade no projeto e, talvez, há a necessidade de rever algumas coisas para não cair em erro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Deputado Caíto Quintana, não foi isso que foi decidido na reunião com a Presidência. Eles vão

procurar os Prefeitos municipais interessados diretamente no caso. O Deputado Rosinha ficou de apresentar Emendas. E ficou nisso, não há nada de positivo contra a matéria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/98

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 748/97, 002, 098, 146, 176, 177, 209 e 238/98

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/98

Levanta-se a sessão.

---